

RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.784 - RS (2014/0122589-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS : MARCELO TESHEINER CAVASSANI - SP071318
JANAINA GIOZZA ÁVILA - RS023830
GUSTAVO SALDANHA SUCHY - RS022588
ANA PAULA CAPITANI E OUTRO(S) - RS048126A
RECORRIDO : RODOGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA -
MICROEMPRESA
ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR GATTI VACCARO - RS015345
PRISCILA MEDEIROS DA SILVEIRA - RS059527
THIAGO BARBOSA AZAMBUJA E OUTRO(S) - RS063410

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO VOLKSWAGEN S.A. contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"Apelação cível. Ação de execução. Contrato de arrendamento mercantil. Prescrição quinquenal. Código Civil, art. 206, §5º, I. Regra de transição do art. 2.028 do Código Civil. Termo inicial a contar da data de entrada em vigor do novo diploma legal. Precedentes. Apelo improvido." (fl. 167)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 205, 206, § 5º, I, do Código Civil, 535, I e II, 21 do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) omissão do Tribunal de origem a respeito do decaimento mínimo do pedido pela instituição financeira, o que implicaria a condenação exclusiva do recorrido ao pagamento dos ônus de sucumbência, (b) contradição do julgado estadual, na medida em que aplicou regra legal inadequada ao exame da prescrição, (c) a cobrança de dívida ilíquida prescreve em 10 (dez) anos, não em 5 (cinco) e (d) ante o decaimento mínimo do pedido, a parte recorrida deve ser condenada exclusivamente ao pagamento da sucumbência.

Contrarrazões apresentadas às fls. 245/254.

É o relatório.

Em sede de apelação, além de postular o afastamento da prescrição de parte

da demanda, a instituição bancária requereu expressamente a condenação exclusiva da ré ao pagamento dos ônus de sucumbência, pois a insurgente teria decaído minimamente do pedido.

O Tribunal de origem, no entanto, em sede de apelação cível, limitou-se a confirmar a prescrição da demanda, recusando-se a examinar a possibilidade de redistribuição da sucumbência, mesmo depois de a parte recorrente ter oposto embargos de declaração, apontando referida omissão (fls. 174/189). Constatou do julgado:

"O aresto atacado não apresenta contradição, omissão ou obscuridade a inquiná-lo.

A decisão embargada enfrentou objetivamente a matéria questionada, porém, de maneira contrária aos interesses do embargante.

O acórdão não é obrigado a examinar todo e qualquer fundamento invocado pelas partes, mas apenas aqueles suficientes e necessários ao deslinde do feito." (fl. 193)

É direito das partes, porém, terem a sucumbência devidamente distribuída de acordo com o quanto cada uma foi vencida ou vencedora na causa, razão pela qual a pretensão da parte insurgente, nesse ponto, configura tese relevante para o resultado da controvérsia e deve ser objeto de juízo fundamentado pelo TJRS, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.

Cita-se da jurisprudência do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO POR REFERÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questões relevantes, apontadas em embargos de declaração que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, devendo ser provido o recurso especial, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 726.311/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 17/10/2019)"

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à alegação de contradição, verifica-se que a insurgência tem caráter meramente infringente, pois apenas ilustra a discordância da parte com a declaração da prescrição de parte da demanda, motivo pelo qual deve ser rejeitada.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão proferido em sede de embargos de declaração (fls. 191/195), a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem, onde a alegação de decaimento mínimo do pedido pela instituição financeira deverá ser apreciada.

Ficam prejudicadas as demais teses do apelo excepcional.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator